



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

### **3. Análise da Formação do Integralismo Lusitano: Trajetória da Literatura à Política (1911-1922)**

---

Felipe Azevedo Cazetta<sup>I</sup>

Este artigo tem como objetivo a análise da trajetória de alguns dos responsáveis pela consolidação do Integralismo Lusitano (IL). As observações começarão a partir dos estudos destes indivíduos na Universidade de Coimbra, percebendo as divergências iniciais em seus posicionamentos políticos relacionados ao país; passando pelo processo de unidade ideológica no interior do movimento, e a consolidação do projeto político de organização da Monarquia orgânica; e por fim, o fechamento da Junta Central, decretando assim, a dissolução do IL. É necessário grifar que em alguns integrantes, conforme é o caso de Rolão Preto, esta homogeneidade política e adesão à concepção da Monarquia orgânica, como meta de formação do Estado ideal, ocorre de maneira incompleta. Diante desta parcialidade em aderir aos projetos do IL, Rolão Preto cria o Nacional Sindicalismo, movimento de tendências fascistas, em 1932.

Palavras-chave: Integralismo Lusitano, trajetória, conservadorismo.

#### **Analysis of the Formation of Integralism Lusitano: the political trajectory of literature (1911-1922)**

This article aims to analyze the trajectory of some of those responsible for the consolidation of Integralismo Lusitano (IL). The comments start from the studies of these subjects at the University of Coimbra, noticing the differences in their initial policy positions related to the country, going through the process of ideological unity within the movement, and the consolidation of the political organization of the monarchy organic, and finally, closing the central board, decreeing thus dissolving the IL. It is necessary to accentuate that in some members, as is the Rolão Preto's case, this political homogeneity and adherence to the organic conception of the monarchy as the goal of training the ideal state, there is incomplete. Given this bias in the projects adhere to IL, Rolão Preto creates the National Unionism, movement of fascist tendencies in 1932

Keywords: Integralism Lusitano, trajectory, conservatism.



Recebido: 30/10/2012  
Aprovado: 10/11/2012  
Publicado: 10/12/2012

## Introdução

O Integralismo Lusitano (IL) configurou-se movimento de teoria monárquico-corporativista, situando sua formação entre os anos de 1913 e 1916. Haja vista a postura conservadora de seus integrantes, o grupo se destacará por constantes tentativas ou apoio a golpes contra a República portuguesa de 1910. Entretanto, ao traçar a trajetória dos futuros adeptos do movimento, constata-se a heterogeneidade política existente entre estes. Este fato tem por consequência o agrupamento inicial em torno das causas literárias, das preocupações culturais da nação, em detrimento das motivações voltadas para o Poder. Diante desta pluralidade de nuances político-ideológicas presentes no movimento em sua formação, o artigo apresentado se debruça no intuito de analisar as experiências que levaram alguns colegas da Universidade de Coimbra (parte considerável destes vindos das elites agrárias) a formar o IL – movimento que visava à instauração de uma Monarquia Orgânica em Portugal.

Serão utilizadas, como norteadores teóricos, as obras de António Gramsci e de Pierre Bourdieu. Gramsci oferece ganhos ao artigo por sua análise da relação entre os escritores e a população na Itália. Diante da rejeição dos primeiros em estabelecer contato com as massas – negando sua função histórica de mobilizadores e organizadores das vontades e demandas coletivas do povo italiano – o contingente popular nacional sofre influências da hegemonia estrangeira. Visto que os integralistas eram compostos por intelectuais, isolados em suas concepções conservadoras e antidemocráticas, rejeitavam o contato com as massas. Portanto, a análise de Gramsci será direcionada à compreensão da baixa mobilização popular exercida pelo grupo integralista, assim como o baixo índice de adesões populares ao movimento.

Com finalidade de compreender a organização de seus membros, a quem se dirigiam e como se dirigiam, a noção de campo e das relações simbólicas, colhidas de Bourdieu, serão também pertinentes. Tais conceitos, dentro e fora do IL, serão empregados visando definir como as identidades e distinções se estabelecem, através dos compartilhamentos e disputas pela hegemonia do poder simbólico.

O movimento, cuja primeira geração situa-se entre os anos de 1913-1922, possuía como projeto político a formação da monarquia orgânica e tradicionalista, em oposição ao formato liberal dos regimes monárquico e republicano praticados em Portugal. Tal modelo realista,



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

buscado pelos integralistas, seria moldado através da centralização política e descentralização administrativa. Ao longo dos escritos de autores integralistas, tornam-se evidentes alguns dos revestimentos teóricos do movimento, dentre os quais estão: o corporativismo; a ênfase na preservação da família, compreendendo-a como cerne da sociedade - em oposição ao liberalismo, que observa a sustentação social a partir do indivíduo; além do apoio ao poder real mantido através da hereditariedade. Diante de sua natureza tradicionalista e elitista, o integralismo era avesso às ideias presentes na Revolução Francesa, tais como, a igualdade, o sufrágio universal e o individualismo.

### **Antecedentes do IL: A crise institucional - da Monarquia Portuguesa à República**

Segundo Maria Filomena Mónica, no último quartel do século XIX, Portugal possuía uma das mais democráticas leis eleitorais da Europa<sup>1</sup>. Todavia, na primeira década do século XX, a Coroa passa por crise de autoridade, diante do desenvolvimento de posições políticas opostas ao regime. Críticas eram desferidas tanto por setores monárquicos conservadores, insatisfeitos com as tonalidades liberais que tingiam o regime - evidentes desde a Revolução do Porto de 1820; quanto pelos defensores das ideias republicanas, que acusavam a monarquia constitucional de indolência em relação à corrupção. Jornais e revistas republicanos - tais como o *Archivo Republicano* - denunciavam que durante a monarquia

(...) os mais honestos sentem por vezes dificuldade em transigir e os mais trabalhadores não aceitam as indicações estranhas sem as submeter a um rigoroso estudo, acontece que a selecção exercida entre os partidos monárquicos é freqüentes vezes uma selecção invertida, dando em resultado o afastamento dos mais competentes do exercício dos altos poderes do Estado.<sup>iii</sup>

Por outro lado, Hipólito Raposo, um dos formadores do IL, tecia críticas à descentralização de poder político que afetava o rei, causada pela Carta constitucional. Através do sufrágio e do parlamento, a autoridade, antes pertencente ao monarca, foi transferida ao povo pela via do sufrágio e da representação parlamentar. Neste sentido, Raposo disserta:

O Rei constitucional era um funcionário vitalício e hereditário, sem outro encargo prático, além de nomear e demitir ministérios, desde que a Revolução de 1820 transferira a



Recebido: 30/10/2012  
Aprovado: 10/11/2012  
Publicado: 10/12/2012

soberania para o Povo, conceito que se traduzia neste caso, pelo conjunto dos cidadãos eleitores.<sup>IV</sup>

Os primeiros anos do século XX português são entendidos através da “crise”, examinada por Antonio Gramsci. Para o autor, a partir da crescente dificuldade em se formar governos, em função da multiplicação de partidos parlamentares, amplia-se a debilidade dos detentores do poder central. Frente a estes entraves – representados pelo grande número de partidos no interior das esferas decisórias – sua autoridade e credibilidade são atingidas e, a partir de então, o governo entra em crise<sup>V</sup>. Carente de bases sólidas de sustentação, há o colapso do “exercício 'normal' da hegemonia” exercido pela Casa de Bragança.

Ruída sua legitimidade, a monarquia cede lugar à República. Entretanto, esta surge igualmente fragilizada, diante da heterogeneidade de partidos formados durante o colapso da monarquia. Embora a proposta republicana tenha saído vitoriosa perante as demais, os grupos fracassados mantiveram-se mobilizados e em disputa pela hegemonia, sustentando suas alternativas para a superação da crise, mesmo após a derrubada da realeza.

É desta forma que a origem do IL pode ser definida como reação ao novo regime. Conforme apresenta Manuel Braga da Cruz: “O integralismo lusitano surgiu inicialmente quase como pura reacção e contestação negativas da República, ainda só mais tarde a tentar sistematizar em termos afirmativos e programáticos um projeto alternativo de regime e de sociedade.”<sup>VI</sup> Porém, no decorrer de sua atuação política, o movimento forneceu subsídios para outras experiências autoritárias, tais como, o sidonismo, o Nacional-Sindicalismo e, em menor proporção, o salazarismo. Embora percebido o papel de relevância desempenhado pelo IL no cenário político da primeira metade do século XX em Portugal, o movimento não foi uma organização homogênea desde sua origem.

Sob a escrita de alguns autores do integralismo, pode-se constatar esta heterogeneidade nas colorações políticas existentes entre os adeptos do movimento. Tal aspecto impede qualquer vínculo ou unidade através da política, sendo necessário um elemento intermediário - no caso a literatura - para a organização do projeto integralista. Sardinha, por exemplo, apresenta em seu *Ao Ritmo da Ampulheta*:



Recebido: 30/10/2012  
Aprovado: 10/11/2012  
Publicado: 10/12/2012

Charles Maurras escreveu numa vez no prefácio de seu interessantíssimo livro *Quand les français ne s'aimaient pas* – “Les Lettres nous ont conduit à la Politique par des chemins que ce livre peut jalonne, mais notre nationalisme commença pour être esthétique.” Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias, - nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política.<sup>VII</sup>

Não por acaso, os futuros membros do IL dedicaram-se, inicialmente, às causas cultural e moral, para, posteriormente, formularem questões de domínio da política – conforme pode ser evidenciado no subtítulo da revista *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*<sup>VIII</sup>, voltando atenções aos assuntos políticos em um segundo momento. “(...) eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política.”: exame da organização dos membros do IL

Entre os anos de 1905 e 1908, um contingente relevante daqueles que se tornaram membros do IL irão inserir-se na academia. Neste intervalo, a Monarquia esboça os sinais mais evidentes de seu colapso, decretando seu término em 1910. Para António Costa Pinto,

(...) o meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910.<sup>IX</sup>

Diante destes sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana toma espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como reflexo a fundação do Centro Acadêmico Republicano. Como reação a esta demonstração de força, em 1908, surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), em busca de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra. Dentre os nomes inscritos no CAM, está Alberto Monsaraz – personagem que quatro anos depois, juntamente com Hipólito Raposo e António Sardinha, será o formador da, já citada, revista *Nação Portuguesa*<sup>X</sup>.

Neste período, é possível encontrar integralistas tanto entre republicanos quanto nas organizações acadêmicas monárquicas. Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (...) António Sardinha.”<sup>XI</sup>



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

As discordâncias quanto às posturas ideológicas não afastaram o grupo, em função do eixo de polarização de seus membros concentrar-se no âmbito cultural/intelectual. Relatando os percursos seguidos por seus companheiros, durante o término dos estudos na Universidade de Coimbra, Hipólito Raposo diz: “O ano de 1910-1911, último de nossa formatura, passava-o em Coimbra quási todo o grupo de bons companheiros que, a sério e desde muito cêdo se preocupavam com questões intelectuais e nacionais, e eram fraternos amigos uns dos outros.”<sup>XII</sup>

Uma série de fatores irá influenciá-los no adiamento do contato com a política. Dentre estes aspectos, o elitismo possui um peso relevante na opção tomada pelo grupo, determinando seus rumos teóricos. Esta característica, comum aos adeptos do IL, levam-nos à condenação do sufrágio às massas, segundo eles, incultas. Tal veto irá definir a defesa das monarquias hereditárias em detrimento dos regimes liberais (monárquico ou republicano). Sardinha disserta que não há “Nada mais antinatural nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.”<sup>XIII</sup>

Hipólito Raposo desenha o projeto político de Estado Monárquico Orgânico inspirado no período feudal. Portanto, tanto o Portugal da Idade Média, quanto o Estado ideal dos integralistas seriam organizados por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente.”<sup>XIV</sup>

A partir deste modelo, observa-se a postura anti-cosmopolita, municipalista e corporativista, visando restaurar a experiência monárquica medieval idealizada. Buscando nos séculos XVI e XVII, os integralistas encontram as fontes genealógicas do movimento. A opção pelo quinhentismo e o seiscentismo como inspiradores<sup>XV</sup> inibe a identidade popular, em função do rarefeito índice de circulação dos autores apontados como referenciais para o IL.

Em *Literatura y Vida Nacional*, António Gramsci analisa a distância estabelecida entre a literatura chamada nacional e o domínio popular, visando encontrar a justificativa da ausência de uma literatura “nacional-popular” italiana. O autor italiano examina a relação entre os autores e seus leitores, e questiona “A qué se debe el pueblo italiano lea con preferencia los escritores extranjeros? Significa que sufrela hegemonía intelectual y moral de los



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

intelectuales extranjeros (...).”<sup>XVI</sup>. Embora alguns dos autores viessem dos setores populares da sociedade italiana, a recusa ao contato com o povo é um denominador comum entre os intelectuais, que, posicionados como “classe culta”, negam o povo-nação, e definem-se como intelectuais tradicionais.

Segundo o autor italiano, estes intelectuais, através da difusão da ideologia dominante como interesses gerais, conspiram para a manutenção das classes dominantes no poder. Seriam os zeladores do bom funcionamento do capitalismo, afastando-o das reivindicações das classes exploradas. Este comportamento dos intelectuais burgueses na Itália, é semelhante ao desenvolvido pelos integralistas lusitanos. Das poucas páginas da bibliografia integralista destinadas ao operariado ou ao campesinato, estas não são para eles e sim sobre eles.

Ao descrever seu projeto político para a Monarquia Integral, confirmando sua ênfase ao corporativismo, Sardinha delega à educação popular aspectos técnico-profissionais, visando a inserção dos indivíduos em seus respectivos estamentos laborais.

Entendemos, porém, como mais imperioso que a educação do operariado se subordine principalmente a um fim imediato, já com a intenção de lhe facilitar e desenvolver os progressos técnicos, já com a mira de lhe inculcar a valer o amor da Profissão.<sup>XVII</sup>

Na utopia integralista não há espaço para as massas na política, sendo condenado o constitucionalismo, o parlamentarismo e o sufrágio individual.

Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vínhamos nós opôr os grupos humanos naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, do Concelho, da Província (...)<sup>XVIII</sup>.

Diante desta postura, os futuros integralistas envolveram-se na oposição ao regime, ora colocando-se em exílio na Bélgica, na França e na Espanha, estabelecendo contato com outras concepções monárquicas de extrema-direita; ora fazendo parte de grupos armados pela derrubada da República.



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

Esta última alternativa foi lançada por Luís de Almeida Braga em 1911 e por Rolão Preto em 1912. Ambos participaram de golpes frustrados, ocorridos no norte do país. Após a derrota, Almeida Braga e Rolão Preto se encontrarão em maio de 1913, na Bélgica, junto a outros de seus colegas. Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa, o grupo de ex-estudantes da Universidade de Coimbra, agora exilados, organizou em 1913 a revista Alma Portuguesa. Possuindo como integrantes

(...), Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza, fundavam a revista Alma Portuguesa, de efemera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.<sup>XIX</sup>

Tal revista possuiu apenas dois números (lançados em maio e em setembro de 1913), porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de um movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permanece em Portugal. Sobre este período da vida do principal mentor do IL, Hipólito Raposo fornece um depoimento interessante: “António Sardinha realizava então, entre nós todos, o mais vivo paradoxo: era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto ao lar e da família, professara e justificara a necessidade da nobreza, era municipalista, regionalista, (...)”<sup>XX</sup>.

O relato tem importância, pois revela os códigos internos compartilhados entre os membros do movimento, ou seja, o tradicionalismo; o culto à família; a nobreza; o municipalismo e o regionalismo. Desta forma, reunindo todos estes aspectos, segundo a ótica de Raposo, era incompreensível que Sardinha permanecesse republicano, revelando “o mais vivo paradoxo”. António Sardinha possuía, até 1912, – ano de sua conversão ao monarquismo – simpatia ao republicanismo, com inclinação ao anarco-sindicalismo<sup>XXI</sup>. Com a proclamação da República, demonstra-se eufórico, conforme pode ser percebido na carta enviada a sua noiva:

Oh! minha amiga, como te escrevo a tremer possuído da agitação sagrada que faz os heróis, e sem qual nada de glorioso no mundo consegue. Triunfará a Revolução? Andar ela na rua a emancipar-nos a preparar a sementeira de luz de que amanhã surgir Portugal Novo?”<sup>XXII</sup>





Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

Menos de um ano depois, este entusiasmo converte-se em frustração. Em nova carta, Sardinha lamenta: “Como eu me pejo do que está sucedendo! Eu que acreditei nestes homens, eu que me convenci que se faria ainda uma coisa! Não era um defeito de regime, é um defeito de reca! Falimos! Nada nos salva! Daqui à tutela estrangeira é um passo.”<sup>XXIII</sup>

Desiludido com a República, e agora monarquista, Sardinha encontra-se com Raposo e Alberto Monsaraz, em Figueira da Foz (Portugal), em setembro de 1913 – mesmo ano do lançamento de Alma Portuguesa, na Bélgica – para colocarem em prática o projeto de uma revista de filosofia política “(...) que traduzisse o nosso protesto contra a República Portuguesa, na sua forma e nos seus actos, e desse vida e expansão á esperança em que ardíamos e pela qual nos supunhamos capazes de voltar a face do mundo.”<sup>XXIV</sup>. A revista Nação Portuguesa, fruto desta reunião, surge em janeiro de 1914.

Neste mesmo período, Pequito Rebelo, colega de Sardinha nos anos de estudo em Coimbra, visitando Paris é apresentado ao “grande movimento contra-revolucionário da Action Française”. Influenciado por este contato, retorna a Portugal e escreve para António Sardinha no intuito de convencê-lo a abandonar a ideia republicana – desconhecendo sua conversão ao monarquismo orgânico, ocorrida em 1912. Após o retorno, Rebelo passa a colaborar com a Nação Portuguesa. Dois anos depois, funda a Junta Central integralista. O órgão centralizará o arcabouço doutrinário, colocando em contato os elementos envolvidos no projeto da criação da Monarquia Orgânica.

Entre 1913 e 1916, o IL já está equipado para envolver-se em disputas ideológicas, no intuito de confirmar posições, no campo simbólico, enquanto movimento coeso. Na busca por legitimação de sua doutrina, diante das alternativas políticas concorrentes, almeja as elites como foco de suas mensagens e doutrinação, repelindo, conforme visto, o contato com as massas.

A identidade compartilhada pelos seus membros é dada a partir do modo de entender o passado e a formação do Estado português, através da construção de uma retórica legitimadora que resultará na explicação da missão histórica do IL enquanto movimento apto a promover o retorno de Portugal aos tempos áureos do império ultramarino sem, no entanto, incorrer às práticas cosmopolitas, mantendo longe das fronteiras nacionais o individualismo liberal, o comunismo e a industrialização.



Recebido: 30/10/2012  
Aprovado: 10/11/2012  
Publicado: 10/12/2012

Viam-se como diferentes das massas iletradas, rejeitando, por isso, o sufrágio, o parlamentarismo, ou qualquer mecanismo que possibilitasse o acesso popular às esferas de decisão. O modo como se comportavam e partilhavam seus códigos internos, dispostos através das relações simbólicas, funcionavam como ícones de sociação – entre os iguais – e dissociação – delimitando as fronteiras internas e externas do IL<sup>XXV</sup>.

Portanto, os integralistas buscavam formular teorias que legitimassem a posição (privilegiada) que ocupavam, visando a manutenção do estatuto vigente. Para tanto, desenvolviam formas de demonstrar seu peso e importância social, no intuito de ratificar a dominação simbólica até então imposta aos demais indivíduos. Assim, os integralistas envolveram-se em disputas simbólicas pela conservação das estruturas sociais vistas em períodos anteriores à Revolução Francesa. Sobre a necessidade dos integralistas em manterem sua posição de classe, Bourdieu vem em auxílio ao dizer:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-la em distinções significantes.<sup>XXVI</sup>

No intervalo existente entre o lançamento da Alma Portuguesa (1913) e a criação da Junta Central (1916), os integrantes do movimento utilizam de sua bandeira política: a defesa da Monarquia para organizar uma série de conferências na Liga Naval, local que reunia simpatizantes de mesma coloração política. Aproveitando o período de exacerbação nacionalista, propiciada pela eclosão da I Guerra Mundial – iniciada um ano antes – e pela ameaça de uma possível anexação territorial de Portugal pela Espanha, os membros do IL estabelecem o ciclo de palestras, abordando, nas palavras de Leão Ramos Ascensão,

(...) as razões da nossa autonomia política, da independência da pátria identificada com a Monarquia, da dualidade peninsular, enfim, justificada super-abundantemente pela lição da História, e ainda imposta por diferenças étnicas e geográficas, tudo convergindo para



Recebido: 30/10/2012  
Aprovado: 10/11/2012  
Publicado: 10/12/2012

demonstrar que Portugal constituía uma individualidade nacional característica, definida e inconfundível.<sup>XXVII</sup>

Este ciclo de conferências foi iniciado em 7 de abril de 1915, e interrompido em 14 de maio, pelo golpe que levou ao poder o ditador Pimenta de Castro, contando com a participação dos integralistas. Todavia, não será esta a experiência de maior relevância política desfrutada pelos integralistas. Foi na ditadura sidonista, o momento de maior proximidade vislumbrada pelos integralistas em alcançar o domínio do aparelho de Estado. Sidónio Pais assume o governo do país, patrocinado por um golpe sob o apoio dos integralistas, e como forma de retribuição convoca simpatizantes do IL para ocupar pastas ministeriais. Resultado desta participação do IL na ditadura sidonista se fará sensível no senado, com a cadeira de A. Xavier Cordeiro (eleito por Algarve), e na câmara com a eleição de António Sardinha, de Pequito Rebelo e do visconde de Sardoal (eleitos por Elvas, Portalegre e Covilhã)<sup>XXVIII</sup>. No entanto, Sidónio é assassinado em 1918, colocando fim à breve experiência de participação do integralismo no poder.

Salvo algumas tentativas de golpe frustradas (em Monsanto e na Monarquia do Norte), a experiência sidonista foi o último investimento de grande vulto, realizado pelo IL, em assuntos políticos, antes do Pacto de Paris em 1922, que determinou a dissolução da Junta Central.

Neste tratado se resolveu a questão dinástica que envolvia as duas vertentes da Casa de Bragança (herdeiros de D. Pedro I do Brasil, e de D. Miguel), reconhecendo o trono de D. Manuel II. Em contrapartida, “relegava-se a questão dos princípios para umas hipotéticas Cortes Gerais, cuja constituição se ignorava”. O pacto firmado entre os dois ramos da dinastia de Bragança frustrou os planos dos integralistas em firmar a Monarquia pretendida, pois, na concepção do movimento

O Pacto de Paris é, na sua essência e apesar de qualquer referência à Carta Constitucional a mais completa afirmação de parlamentarismo, porque por ele se coloca o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa, dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucional.<sup>XXIX</sup>



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

Após a frustração dos planos de constituir a Monarquia orgânica, ocupada pelo herdeiro de D. Manuel I - pois este reconhece a Carta constitucional, e por consequência, o regime liberal - o IL entra em recesso. Neste período, já sofrendo com as fissuras internas, visto que alguns de seus membros permanecem fiéis a D. Manuel II, o integralismo estabelece contato com os legitimistas, no intuito de aderirem às pretensões de Duarte Nuno de Bragança ao trono.

### Considerações Finais

Ainda que formado, em proporções consideráveis, por elementos provenientes da aristocracia latifundiária portuguesa, o IL não buscava expressar as demandas de sua classe social, mas visava atender aos seus próprios anseios anticosmopolita, antiliberal, tradicional, encarnados na Monarquia Orgânica.

Portanto, o IL foi um grupo de matizes conservadores, antiliberais e acima de tudo, elitistas. Mesmo observando suas numerosas atuações políticas, tais como as Conferências na Liga Naval, ou o lançamento das revistas Alma Portuguesa e Nação Portuguesa (não sendo estas as únicas), a atuação dos membros do IL era bastante diminuta em relação ao contato e à organização de qualquer classe social.

Neste sentido, o integralismo se consolida como “um movimento de elite para elites, sem movimentação de massas.”<sup>XXXI</sup>. Ainda assim, não obtendo sucesso em atingir a aristocracia em sua completude, diante dos sucessivos fracassos sofridos pelo movimento, após o Pacto de Paris.

### Notas

<sup>I</sup>Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense

<sup>II</sup>MÓNICA, Maria Filomena. “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico (1852-1910). in. Análise Social. Vol. XXXI (139), 1996 - 5 ° ( p. 1039- 1084). p. 1040.

<sup>III</sup>BOTTO-MACHADO, Fernão. “A. Braacamp Freire”. in. Archivo Republicano. Ano I. Diretor e proprietário: Victor de Souza. Lisboa. Junho, 1910. p. 46.

<sup>IV</sup> RAPOSO, Hipólito. Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 16.



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

<sup>V</sup>GRAMSCI, Antonio. “Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel”. in. Cadernos de Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2000. p. 11-109. p. 96.

<sup>VI</sup>CRUZ, Manuel Braga da. "O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo". in. Análise Social. Vol. XVIII, 1982 (p. 137-182). p. 150.

<sup>VII</sup>SARDINHA, Antônio. Ao Ritmo da Ampulheta. 2ª ed. Lisboa: qp, 1978. p. 149.

<sup>VIII</sup>A revista Nação Portuguesa é um dos marcos de origem do IL, conforme disserta António Costa Pinto: “Enquanto movimento intelectual e político, com o mínimo de unidade orgânica o IL mantém-se em atividade entre 1914 (data de lançamento d'A Nação Portuguesa) e 1922, quando a Junta Central decreta a autodissolução.” PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano. in. Análise Social. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1409-1419). p. 1409.

<sup>IX</sup>Idem, p. 1411-1412.

<sup>X</sup>Idem, p. 1412.

<sup>XI</sup>Idem, ibidem.

<sup>XII</sup>RAPOSO, Hipólito. op.cit. p. 31.

<sup>XIII</sup>SARDINHA, Antônio. op.cit. p. 178.

<sup>XIV</sup>RAPOSO, Hipólito. op.cit. p. 87.

<sup>XV</sup>Não se pretende neste artigo entrar na polêmica das apropriações realizadas pelo IL, colhidas da l'Action Française. Para este assunto cf.: LLOYD-JONES, Stewart. “Integralismo Lusitano: 'Made in France'?”. in. Penelope. Nº 28. 2003. p. 93-104; VRBATA, Ales Tenório Luna. La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal. in. Kias Paper: Cabinet Ibero-american Studies. Hradec Králové: University of Hradec Králové, 2006, p. 21-57.

<sup>XVI</sup>GRAMSCI, António. Literatura y Vida Nacional. México D.F.: Juan Pablos Editor, 1986. p. 126. (grifo do original).

<sup>XVII</sup>SARDINHA, Antônio. Op, citt.. p. 222-223.

<sup>XVIII</sup>SARDINHA, Antônio. op.cit. p. 222-223.

<sup>XIX</sup>RAPOSO, Hipólito. op.cit. p. 41.

<sup>XX</sup>Idem, p. 37.

<sup>XXI</sup>Idem, p. 34.

<sup>XXII</sup>CRUZ, Manuel Braga da. op.cit. p. 138.

<sup>XXIII</sup>VRBATA, Ales Tenório Luna. La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal. in. Kias Paper: Cabinet Ibero-american Studies. Hradec Králové: University of Hradec Králové, 2006, p. 21-57.p.31.

<sup>XXIV</sup>Idem, ibidem.

<sup>XXV</sup>RAPOSO, Hipólito. op.cit. p. 37-38.



Recebido: 30/10/2012

Aprovado: 10/11/2012

Publicado: 10/12/2012

- <sup>XXVI</sup>BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 18.
- <sup>XXVII</sup>Idem, p. 18. (grifo do original)
- <sup>XXVIII</sup>ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Edições Gama, 1943. p. 25.
- <sup>XXIX</sup>CRUZ, Manuel Braga da. op.cit. p. 142.
- <sup>XXX</sup>ASCENSÃO, Leão Ramos. op.cit. p. 46.
- <sup>XXXI</sup>BARREIRA, Cecília. “Três nótulas sobre o integralismo lusitano(evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da 'Nação Portuguesa'”, - 1914-1926). in. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1421-1429). p. 1426.

### Referências Bibliográficas

- ASCENSÃO, Leão Ramos. **O Integralismo Lusitano**. Lisboa: Edições Gama, 1943.
- BARREIRA, Cecília. “Três nótulas sobre o integralismo lusitano(evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da 'Nação Portuguesa'”, - 1914-1926). in. **Análise Social**, vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1421-1429).
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOTTO-MACHADO, Fernão. “A. Braacamp Freire”. in. **Archivo Republicano. Ano I. Diretor e proprietário: Victor de Souza. Lisboa. Junho, 1910.**
- CRUZ, Manuel Braga da. "O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo". in. **Análise Social. Vol. XVIII**, 1982 (p. 137-182).
- GRAMSCI, Antonio. “Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel”. in. **Cadernos de Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2000. p. 11-109.
- \_\_\_\_\_. *Literatura y Vida Nacional*. México D.F.: Juan Pablos Editor, 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena. “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico (1852-1910). in. **Análise Social. Vol. XXXI (139), 1996 - 5º ( p. 1039- 1084).**
- PINTO, António Costa. **A Formação do Integralismo Lusitano**. in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1409-1419).
- RAPOSO, Hipólito.**Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano**. Lisboa: Livraria Ferin,1929.
- SARDINHA, Antônio. **Ao Ritmo da Ampulheta**. 2ª ed. Lisboa: qp, 1978.
- VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal*. in. **Kias Paper: Cabinet Ibero-american Studies**. Hradec Králové: University of Hradec Králové,p. 21-57, 2006.